



Contas Nacionais Trimestrais Por Sector Institucional (Base 2006)

3º Trimestre de 2010

Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional

No ano acabado no 3º trimestre de 2010, diminuiu a necessidade de financiamento da economia, que atingiu 8,4% do PIB face aos 9,2% verificados no ano acabado no trimestre anterior. Esta variação esteve associada sobretudo a uma redução das necessidades de financiamento das Sociedades Financeiras e não Financeiras (que em conjunto, passou de 4,5% para 3,6% do PIB). A necessidade de financiamento das Administrações públicas diminuiu 0,1 pontos percentuais. A capacidade de financiamento das Famílias reduziu-se para 4,6% do PIB (4,8% no trimestre anterior), reflectindo a diminuição da respectiva taxa de poupança, que passou de 10,8% do rendimento disponível no ano acabado no trimestre anterior, para 10,6% no ano acabado no 3º trimestre de 2010.

Os resultados apresentados (ver quadros nos ficheiros Excel em anexo) dizem respeito à primeira versão do 3º trimestre de 2010 (Base 2006) das contas trimestrais por sector institucional. Dado que a informação de base utilizada pode ser sujeita a revisões, esta versão tem uma natureza preliminar, verificando-se habitualmente revisões nos períodos para os quais ainda não se dispõe de contas anuais definitivas (neste caso desde o 1º trimestre de 2008). Estes resultados incorporam as estimativas das Contas Nacionais Trimestrais a 70 dias, divulgadas no dia 9 do corrente mês, distinguindo-se porém destas contas por não serem ajustados de sazonalidade. Por esse motivo, **salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se a somas ou médias móveis de 4 trimestres (mm4), ou seja, correspondentes ao ano acabado no trimestre de referência**, o que permite eliminar flutuações de natureza sazonal e reduzir o efeito de oscilações irregulares. As taxas de variação

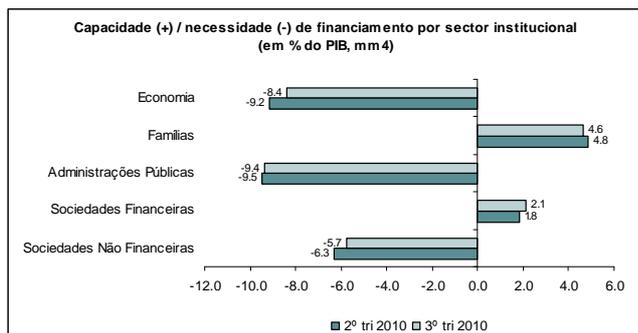
apresentadas, taxas de variação em cadeia, comparam o ano acabado em cada trimestre com o ano acabado no trimestre precedente.

Adicionalmente, deve-se referir que as Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Esta nota informativa está organizada da seguinte forma: as próximas 3 secções descrevem a evolução dos principais agregados por sector institucional; a secção seguinte sintetiza esta evolução em termos dos agregados respeitantes ao conjunto da economia portuguesa; a penúltima secção descreve o comportamento das remunerações e dos custos de trabalho por unidade produzida em termos macroeconómicos; a última secção refere os principais factores subjacentes à revisão das estimativas anteriores.

3º Trimestre 2010 – Principais resultados

No 3º trimestre de 2010 a necessidade de financiamento externo da economia atingiu 8,4% do Produto Interno Bruto (PIB), menos 0,8 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no trimestre anterior. Este comportamento, como se pode observar no gráfico seguinte, reflecte sobretudo a redução da necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras e a melhoria da capacidade de financiamento do sector das Sociedades Financeiras. Nos restantes sectores, é de referir que se verificou uma melhoria da necessidade de financiamento das Administrações Públicas em cerca de 0,1 p.p., enquanto a capacidade de financiamento das famílias diminuiu 0,2 p.p..

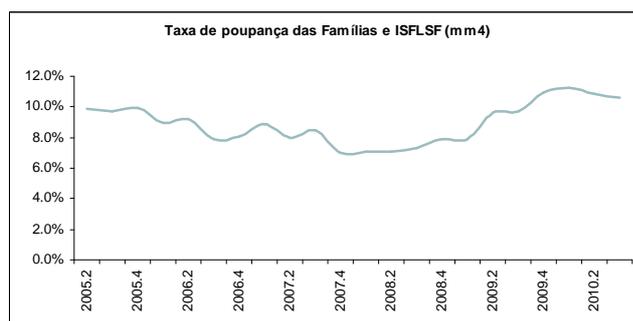


Sector das Famílias¹

A ligeira redução da capacidade de financiamento do sector das Famílias, cujo peso no PIB se situou em 4,6%, menos 0,2 p.p. que o registado no trimestre anterior, reflecte sobretudo a redução da taxa de poupança. A taxa de poupança, que cresceu significativamente desde 2008 atingindo 11,3% no

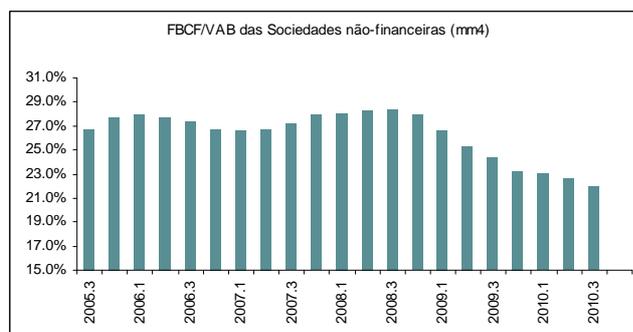
¹ Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas (código S14) e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (código S15).

1º trimestre de 2010, iniciou então uma redução nos trimestres seguintes, fixando-se em 10,6% no 3º trimestre (ver gráfico seguinte). A redução da taxa de poupança neste trimestre resultou do crescimento das despesas de consumo final que suplantou o crescimento mais moderado do rendimento disponível das Famílias.



Sectores das Sociedades (Não Financeiras e Financeiras)

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no sector das Sociedades Não Financeiras acentuou a sua trajectória decrescente, com uma taxa de variação em cadeia de -1,8% (-0,8% e -0,4% no 2º e 1º trimestres de 2010, respectivamente). Como se pode observar no gráfico seguinte, a taxa de investimento das Sociedades Não Financeiras (medida através do rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto do sector) continuou a diminuir no 3º trimestre de 2010.



A forte redução do investimento, conjugada com a melhoria da poupança bruta corrente, determinou uma diminuição da necessidade de financiamento deste sector, que se cifrou em cerca de 0,6 p.p. face ao 2º trimestre, fixando-se este saldo em 5,7% do PIB. Esta diminuição segue-se a uma redução ainda mais significativa no trimestre anterior de 0,7 p.p..

A capacidade de financiamento do sector das Sociedades Financeiras aumentou de 1,8% do PIB, no 2º trimestre, para 2,1% no 3º trimestre de 2010. Este aumento deveu-se exclusivamente ao crescimento da poupança corrente já que se estima, em função da informação disponível, um ligeiro acréscimo do investimento deste sector.

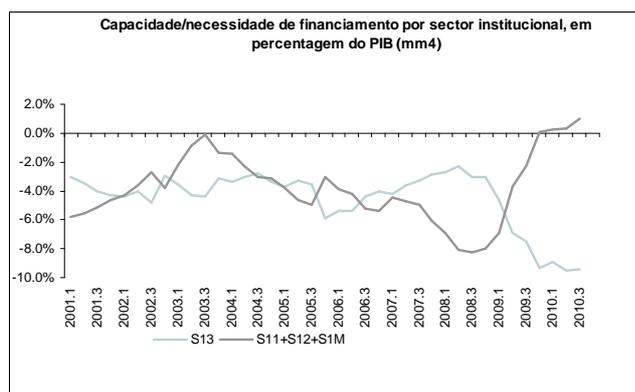
Considerando em conjunto os dois sectores de sociedades, verificou-se uma redução das necessidades de financiamento que passou de 4,5% no 2º trimestre de 2010 para 3,6% do PIB no 3º trimestre de 2010.

Sector das Administrações Públicas

O sector das Administrações Públicas registou uma ligeira diminuição de 0,1 p.p. da necessidade de financiamento, que atingiu 9,4% do PIB no 3º trimestre de 2010. Esta redução da necessidade de financiamento resultou da diminuição das despesas de capital visto que o saldo negativo da poupança bruta corrente aumentou marginalmente, reflectindo sobretudo a diminuição de receita dos impostos sobre o rendimento e património.

Apesar da ligeira melhoria, o sector das Administrações Públicas continuou a ser o que apresenta a maior necessidade de financiamento.

Note-se porém que no 3º trimestre de 2010, simultaneamente com esta melhoria, se registou um aumento da capacidade de financiamento conjunta dos outros três sectores internos como se pode observar no gráfico seguinte.



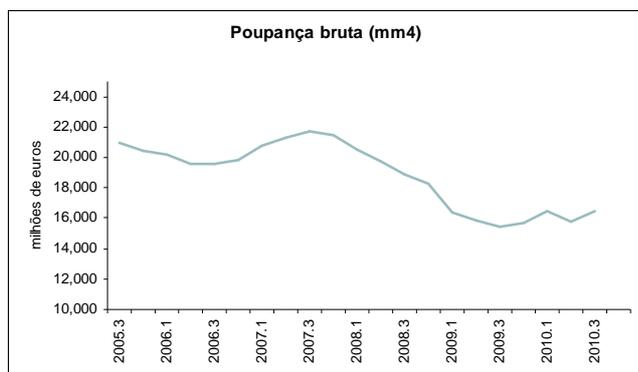
Total da Economia

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) apresentou em termos nominais, no ano terminado no 3º trimestre de 2010, uma taxa variação em cadeia superior em 0,1 p.p. à taxa de variação do PIB, reflectindo a diminuição registada no défice dos rendimentos primários com o exterior.

ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2007T4	168 737	1.0	163 394	0.9	165 107	0.9
2008T1	169 830	0.6	164 297	0.6	165 951	0.5
2008T2	170 990	0.7	165 251	0.6	166 785	0.5
2008T3	172 078	0.6	166 036	0.5	167 667	0.5
2008T4	172 022	0.0	166 095	0.0	167 908	0.1
2009T1	170 682	-0.8	164 065	-1.2	165 810	-1.2
2009T2	169 209	-0.9	162 733	-0.8	164 357	-0.9
2009T3	168 211	-0.6	162 045	-0.4	163 383	-0.6
2009T4	168 046	-0.1	162 331	0.2	163 454	0.0
2010T1	169 061	0.6	164 111	1.1	165 151	1.0
2010T2	170 531	0.9	165 341	0.7	166 532	0.8
2010T3	171 961	0.8	166 864	0.9	168 168	1.0

O Rendimento Disponível Bruto da nação (RDB) apresentou uma taxa de variação em cadeia superior em 0,1 p.p. à do RNB, devido ao aumento do saldo das transferências correntes com o exterior.

A despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das Administrações Públicas) registou um aumento no 3º trimestre de 2010 embora inferior em 0,4 p.p. à do RDB. Em consequência, e contrariamente ao verificado no período anterior, verificou-se um aumento da poupança bruta corrente da economia, como é visível no gráfico seguinte.



O saldo das transferências de capital com o exterior manteve-se estável. Assim, o aumento da poupança corrente e a redução do investimento, ambas com uma magnitude semelhante, determinaram a diminuição da necessidade de financiamento externo da economia em percentagem do PIB, em cerca de 0,8 p.p., como se pode ver no quadro em baixo.

unidade: % do PIB

ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
2008T1	12,1	1,2	22,9	-9,6
2008T2	11,6	1,2	23,2	-10,4
2008T3	11,0	1,1	23,3	-11,3
2008T4	10,6	1,2	22,8	-11,0
2009T1	9,6	0,9	22,0	-11,5
2009T2	9,4	1,2	21,0	-10,5
2009T3	9,2	1,2	20,2	-9,8
2009T4	9,3	1,1	19,7	-9,3
2010T1	9,7	1,1	19,5	-8,7
2010T2	9,2	1,0	19,4	-9,2
2010T3	9,6	1,0	19,0	-8,4

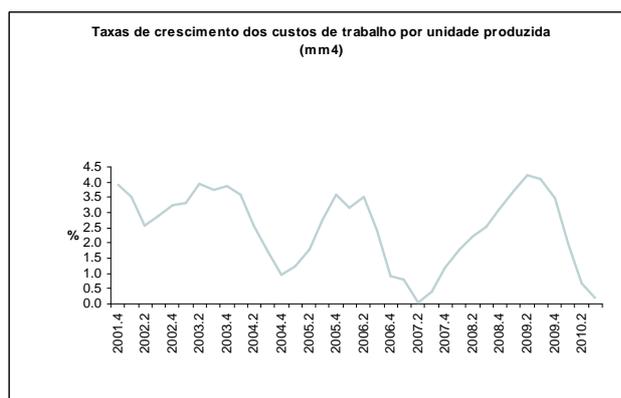
Efectivamente, a necessidade de financiamento da economia para o ano acabado no trimestre foi de

8,4% do PIB, que corresponde ao valor mais baixo registado desde o 2º trimestre de 2007².

Remunerações e custos de trabalho por unidade produzida (CTUP)

A remuneração média³ na economia desacelerou ligeiramente no ano acabado no 3º trimestre estimando-se que tenha aumentado 2,9%, menos 0,1 p.p. que no ano acabado no trimestre anterior.

Em consequência desta evolução e dos ganhos de produtividade registados no 3º trimestre de 2010, os CTUP nominais continuaram a trajectória de abrandamento iniciada no 3º trimestre de 2009.



² Não considerando mm4, no 3º trimestre de 2010, a necessidade de financiamento foi de 4,7% do PIB, inferior em 6,3 p.p. e em 3,0 p.p., respectivamente, ao valor do trimestre precedente e ao do trimestre homólogo de 2009.

³ Remuneração por trabalhador.



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Sector Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 2º trimestre de 2010, é de destacar:

- (i) A alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) a 70 dias associadas, por sua vez, a revisões na informação de base utilizada para compilação destas contas;
- (ii) As revisões no sector das Sociedades Financeiras desde 2008 resultaram da apropriação de informação mais actualizada das instituições financeiras monetárias (excluindo o Banco de Portugal) e do subsector segurador;

A informação de base sobre remunerações foi actualizada com nova informação detalhada por ramo de actividade (em CAE rev.3), dando origem a novas estimativas de remunerações para os trimestres de 2010;

- (iii) O saldo das transferências correntes do 2º trimestre de 2010 foi revisto em consequência da correcção da distribuição das indemnizações de seguros recebidas pelos sectores internos. Esta revisão traduziu-se num aumento de recursos do sector das Sociedades não Financeiras por contrapartida das Famílias.

Programa de transmissão das Contas Trimestrais por Sector Institucional

As Contas Trimestrais por Sector Institucional são reportadas 90 dias após o trimestre de referência, de acordo com o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho N.º: 1161/2005 e o programa de transmissão SEC95, actualizado pelo Regulamento do Parlamento Europeu e Conselho (CE) N.º: 1392/2007 de 13 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento do Conselho (CE) N.º: 2223/96 no que respeita à transmissão de dados de contas nacionais.

Este programa de transmissão abrange as operações e saldos, não ajustados de sazonalidade, que a seguir se listam, que são compilados para os sectores, **Sociedades não financeiras (S11), Sociedades financeiras (S12), Administrações Públicas (S13), Famílias e Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S1M), total da economia (S1) e Resto do Mundo (S2):**

- Operações sobre bens e serviços (P):

P.1	Produção
P.2	Consumo intermédio
P.3	Despesa de consumo final
P.31	Despesa de consumo individual
P.32	Despesa de consumo colectivo
P.4	Consumo final efectivo
P.41	Consumo efectivo individual
P.42	Consumo efectivo colectivo
P.5	Formação bruta de capital
P.51	Formação bruta de capital fixo
P.52	
	Variação de existências
P.53	Aquisições líquidas de cessões de objectos de valor
P.6	Exportação de bens e serviços
P.61	Exportação de bens
P.62	Exportação de serviços
P.7	Importação de bens e serviços
P.71	Importação de bens
P.72	Importação de serviços

- Operações de distribuição (D)

D.1	Remunerações dos empregados
D.11	Ordenados e salários
D.12	Contribuições sociais dos empregadores
D.121	Contribuições sociais efectivas dos empregadores
D.122	Contribuições sociais imputadas dos empregadores
D.2	Impostos sobre a produção e a importação

A excepção a este procedimento de correcção sazonal é a série de Transferências de Capital Recebidas do Resto do Mundo. Esta rubrica, em resultado da sua elevada volatilidade, não é corrigida de sazonalidade.

Estas estimativas incorporam informação disponibilizada até ao dia 4 de Dezembro de 2010.



- D.5 Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.
- D.6 Contribuições e prestações sociais
 - D.61 Contribuições sociais
 - D.62 Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie
 - D.63 Transferências sociais em espécie
 - D.7 Outras transferências correntes
 - D.71 Prémios líquidos de seguros não-vida
 - D.72 Indemnizações de seguros não-vida
 - D.73 Transferências correntes entre administrações públicas
 - D.74 Cooperação internacional corrente
 - D.75 Transferências correntes diversas
- D.8 Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões
- D.9 Transferências de capital
 - D.91 Impostos de capital
 - D.92 Ajudas ao investimento
 - D.99 Outras transferências de capital

- Outros registos de acumulação (K)

- K.1 Consumo de capital fixo

- Saldos (B)

- B.1 Valor acrescentado / B.1* Produto interno
- B.2/B.3 Excedente de exploração/ Rendimento misto
- B.5 Saldo dos rendimentos primários / B.5* Rendimento nacional
- B.6 Rendimento disponível
- B.7 Rendimento disponível ajustado
- B.8 Poupança
- B.9 Capacidade/necessidade líquida de financiamento
 - B.10 Variações do património líquido
 - B.10.1 Variações do património líquido resultantes de poupança e de transferências de capital
 - B.11 Saldo externo de bens e serviços
 - B.12 Saldo externo corrente

Esta informação está disponível e pode ser obtida mediante solicitação.